

Direito de Lembrar: os *Roma* e *Sinti* na memória do Holocausto

Maria Eduarda de Faria Firmo¹

RESUMO: O Holocausto se tornou um marco para a violência no século XX, e os seus estudos, foco de intensa pesquisa. Neste trabalho busca-se tratar sobre como a questão das disputas entre um dever de lembrar, para se combater o esquecimento, e o direito de esquecer, que considera as relações de uma necessidade de se esquecer o passado para se libertar no presente e seguir para o futuro. Porém, o foco se torna a emergência, a partir dessas memórias em disputa, da luta de grupos *Roma* e *Sinti* pelo reconhecimento de sua posição como vítimas do Holocausto na memória social deste evento, e de uma nova questão, o do direito de lembrar. E esta luta contra o esquecimento de sua posição como vítima das políticas de perseguição e de extermínio nazistas, que se torna o cerne de um debate sobre a própria construção da memória e identidade dos grupos *Romani*.

Palavras-chave: Memória, Esquecimento, Genocídio *Roma*.

Right to Remember: the *Roma* and *Sinti* in the memory of the Holocaust

ABSTRACT: The Holocaust has become a landmark for violence in the twentieth century, and its studies, the focus of intense research. In this work we try to deal with the question of disputes between a duty to remember, to combat forgetfulness, and the right to forget, which considers the relationships of a need to forget the past to free oneself in the present and to follow the future. However, the focus becomes the emergence, from these disputed memories, of the struggle of *Roma* and *Sinti* groups for the recognition of their position as victims of the Holocaust in the social memory of this event, and of a new issue, that of the right to remember. And this struggle against forgetting his position as a victim of Nazi persecution and extermination policies becomes the core of a debate about the very construction of the memory and identity of *Romani* groups.

Keywords: Memory, Forgetfulness, Rome Genocide.

Artigo recebido em 01/11/2016 e aceito em 01/12/2016.

O Holocausto se tornou um tema de profunda pesquisa histórica e o seu acontecimento abalou a própria escrita da História e as memórias construídas do evento. Tornou-se um símbolo da violência do início do século XX e um parâmetro para os eventos históricos que transitam pelos campos do genocídio, racismo e limpeza étnica. Com isso, os horrores perpetrados pelos nazistas tornaram-se um lembrete para a própria humanidade.^{II} O estudo e a análise de todos os ângulos desse evento, possíveis pelo historiador, são tomados como instrumentos de combate ao esquecimento. Com o julgamento de Eichmann, nos anos 60, os estudos sobre o Holocausto ganharam uma nova perspectiva histórica, pois até aquele momento havia pouca discussão sobre os massacres perpetrados pelos nazistas.

De forma geral, o historiador Omer Bartov^{III} analisa que durante as primeiras décadas após a queda do Terceiro Reich, duas hipóteses principais sobre a natureza do nazismo e do fascismo tiveram um predomínio na historiografia. A primeira, articulada por Hannah Arendt, em que o Terceiro Reich é visto como uma ideologia totalitária, e aponta as similaridades entre o nazismo e o comunismo, este último especialmente no caso da Rússia Stalinista. E a outra hipótese definida pelos pensadores marxistas no período entre guerras, via o nazismo como uma marca do Fascismo Europeu, como consequência natural dos últimos espasmos de um capitalismo tardio. As duas teorias em questão perceberiam o genocídio de judeus através das lentes de interpretação de uma crise da sociedade e política europeias, e menos explicadas em relação com o Holocausto em si. Ainda haveria um terceiro modelo explicativo que se centraria diretamente no Holocausto e argumentaria que a Solução Final foi o último e o mais extremo caso de manifestação de uma tradição europeia de sentimentos antissemitas. Porém estas formas de se interpretar o Genocídio Nazista seriam revisadas durante as décadas de 70 e 80, aprofundadas e detalhadas, mas sem se eximir de uma continuidade sobre o debate acerca do Holocausto. Deste momento a diante, as pesquisas acadêmicas e o próprio interesse do público em geral sobre o Holocausto crescem, significando em um aumento da produção de trabalhos sobre o assunto.

Dois dos marcos que ilustram a tomada do Holocausto como um evento histórico de grande importância e o grande boom da memória foram a produção da minissérie Holocausto em 1978, na televisão americana, e a criação do Museu do Holocausto, em 1979 em Washington^{IV}. Sem querer aprofundar uma análise sobre essas questões, é importante considerar como estes marcaram a própria discussão sobre o evento em si e a memória a ser construída sobre ele. Para a historiografia do Holocausto, os anos 70 e 80 representaram profundas transformações nas percepções existentes sobre o evento. O aumento de interesse acadêmico resulta em uma constante expansão acerca do conhecimento corrente desenvolvido e dos debates sobre a temática. Dentro deste contexto de mudanças na historiografia, a emergência de novas fontes e objetos veio aliada com uma necessidade de que os historiadores lancem sobre estes novos olhares. Essa mudança na forma de se tratar os códigos que se aplicam a escrita da história pode ser percebida no debate acerca da centralidade do antissemitismo para o Holocausto, abrindo margens para uma mudança de perspectiva. Para Sybil Milton^V, essa constante expansão permite a possibilidade de uma emergência de estudos sobre os Rom na historiografia corrente sobre Holocausto, muito disso estando relacionado com a movimentação de grupos *Romani*^{VI}.

Além disso, essas transformações devem-se ao fato de que esse período é marcado por uma quebra do paradigma que diferenciava os estudos centrais e periféricos, essa ruptura resultou na descentralização dos estudos. Ou seja, o que antes ocupava o foco central das pesquisas abre margem para assuntos considerados marginais anteriormente. Schmitt^{VII} chama a atenção para o fato de que os elementos necessários para essas transformações

podem ser datados principalmente a partir do ano de 1968. Importante lembrar que essas mudanças para a História coincidem com o aumento da luta pelos direitos civis de grupos marginalizados da sociedade, como os negros e os homossexuais.

Articulando as mudanças da historiografia do Holocausto com as lutas pelos direitos civis, chega-se ao fato de que os *Roma*, a partir dos anos 70 passaram a se organizar em grupos para reivindicarem seus direitos civis, além de buscarem o reconhecimento de seu pertencimento ao rol das vítimas do Holocausto. Esta movimentação em direção à construção de uma memória social dos *Roma* converge com a emergência de estudos historiográficos sobre a perseguição dos *Roma* no período Nazista. Para poder trabalhar com a mobilização social *Roma* é preciso entender que esse movimento não existe como uma unidade homogênea. Como a própria discussão sobre a definição e uso do termo *Roma*, as organizações, que se formam no pós-guerra, também são marcadas pela fragmentação existente entre os grupos e as suas concepções de luta. Até a Segunda Guerra Mundial, as organizações *Roma* se centravam nas soluções as disputas locais entre os grupos e o atendimento material mais imediato, porém, o fim da guerra representou para eles o surgimento de uma nova demanda a ser discutida: o reconhecimento e ressarcimento das vítimas *Roma* da perseguição do Terceiro Reich. Demonstra-se que as necessidades produzidas pelo fim de guerra possibilitaram a construção de um elemento comum para os diferentes grupos sob uma identidade negativa: a história de perseguição.

Dialogando com a discussão de Fernando Cartoga^{VIII} que trabalha com três níveis de memória, a proto-memória, a memória propriamente dita e a metamemória, focando se na última, que se define como as representações que o indivíduo faz do que viveu e que remete á uma procura ativa, tal como a memória propriamente dita, mas que também traz as características de uma memória histórica e as suas formas de reprodução. Outra característica dos dois últimos níveis de memória está no fato de que remetem a uma filiação de cada um ao seu próprio passado e de que forma esta se relaciona com a construção de sua identidade e na sua distinção dos outros. Além do fato de que para o autor, a memória seria uma construção seletiva do passado, realizada dentro de uma tensão entre passado - presente - futuro, em que não só o que ocorreu dita os seus nexos e sentidos, mas também as necessidades e lutas do presente.

As questões trazidas por Cartoga se entrecruzam com o trabalho de Michael Pollack e permite estabelecer o paralelo entre os grupos *Roma* e a sua luta por um lugar na memória coletiva sobre o Holocausto. Em seu artigo *Memória, Esquecimento e Silêncio*^{IX}, são discutidos a relação entre memória e identidade. Em que explica que a memória, ao ser tomado como referência ao passado, apresenta-se pelo seu papel de construtor de uma coesão grupal, de um sentido para a identidade do indivíduo e do grupo no qual se insere. Ainda nessa linha de pensamento, sua explicação sobre as disputas da memória, pode se relacionar o fato de que os *Roma* sempre fizeram parte dos grupos marginais da história, e por consequência, da historiografia, e o momento em que a sua memória consegue um espaço de discussão pública, há o evidenciamento desse silêncio, que já havia sido aceito durante muito tempo. O que pode ser exemplificado pelo modo em que o fim da guerra não representou uma mudança imediata na postura das sociedades, em específico a alemã, em relação aos *Roma*.

Como foi dito, a memória é capaz de criar sentimentos de pertença nos indivíduos que a ela se identificam, sendo um de seus produtos, a construção de uma identidade social. Ao mesmo tempo em que a tensão tridimensional do tempo discutida por Cartoga conflui com a ideia de Sarlo^X de que o tempo da própria lembrança é o presente, onde o retorno do passado pode se configurar como uma própria captura do presente. Tendo em mente as relações entre a memória, o esquecimento e o silêncio, o Holocausto levantou vários debates acerca do papel da memória, nesse caso traumática, para a formação da sociedade no presente. Como

argumentava Eric Leed^{XI}, as guerras marcam as mentes, conseguindo ultrapassar as gerações que as experienciaram, emoldurando um passado que não passa e que se torna determinativo, mesmo quando este já se encontra somente na memória e imaginação humana. Se a memória pode ser considerada seletiva, a escolha entre lembrar ou esquecer faz parte de sua própria construção. Dois exemplos que podem ser tomados são os das expressões direito de esquecer e o dever de lembrar. Essas duas expressões abrem diversas possibilidades de reflexão e análise posterior sobre o Genocídio Roma e a construção da memória Roma sobre o evento.

A questão do direito de esquecer é trazida pelo próprio testemunho de Primo Levi^{XII} ao trazer à questão do duplo trauma infligido as vítimas do Holocausto: tanto a experiência em si dos horrores como a da rememoração desses eventos no pós-guerra. O que se vê na sociedade é uma forma de se aliviar o seu próprio trauma no presente através da reconstrução do passado. Isso se motiva pela idéia de que é necessário fixar o Holocausto na História da humanidade para que o mesmo não se repita. Por muitas vezes o que acaba por acontecer é a imposição de uma narrativa sobre a vítima, tanto em relação à violência sofrida quanto a sua forma de lidar com o seu passado traumático. O bloqueio gerado pelo ressentimento impede que o indivíduo prossiga para o futuro, não deixando o passado passar. Então o que é visto é a ideia de se recalcar o passado para prosseguir com a vida, pois o trauma persiste se não houver o seu silenciamento. Esse tipo de pensamento conflui com as discussões de Leed sobre a necessidade do esquecer para o trabalho com a memória traumática. Nesse pensamento, o indivíduo que é marcado por um evento traumático, só conseguiria se libertar desse passado que o assombra através do seu esquecimento e distanciamento da memória, o que seria ideal para a construção de uma lembrança adequada. Para Leed, o ato de esquecer seria uma fonte da nossa liberdade histórica, pois sem ele, estaríamos presos em uma visão linear dos eventos, o que nos tornaria seres determinados e previsíveis. A sua repressão, libertá-la-ia do tempo e permitiria uma reestruturação posterior das experiências vividas.

Outra questão trazida por ser debate sobre o direito a esquecer, origina-se do fato de que a forma com que as experiências traumáticas de guerra são esquecidas, e posteriormente lembradas, faz toda a diferença entre as reações normais e anormais dos acontecimentos de guerra. Esse modo de se lidar com o próprio trauma, traz a diferença entre a memória traumática, que se repete involuntariamente contra os desejos daquele que se recorda, de forma que o passado define e determina as ações do presente do indivíduo. Enquanto na memória normal, fazemos o esforço de lembrar o que foi esquecido, e onde às necessidades do presente determinam o que é associadamente lembrado do passado. Essa continuidade da experiência de guerra na vida presente, não permite o seu esquecimento, tornando o passado uma sombra que perdura no presente.

De outra forma, o esquecimento proposital de um passado traumático em busca de uma reconciliação desse passado com o presente, também pode ser imposto. O texto de Jean Amery traz essa questão na relação entre a culpa/arrependimento e esquecimento. Trabalhando a ideia de que para buscar uma suposta superação do trauma da guerra e do Holocausto, a sociedade no presente tem buscado aliviar a sua culpa através de uma imposição de um esquecimento/perdão dos atos vividos. É interessante pensar nessa questão da culpa e do trauma da sociedade alemã em geral e a sua relação com a situação das vítimas no pós-guerra. Segundo Amery, o que prevalece é um sentimento conciliatório, seja ele forçado ou não. O problema de um tom conciliatório forçado seria o de abrandar a dor da vítima em prol de um projeto nacional ou de um alívio da consciência coletiva, ao mesmo tempo em que tornando o recipiente da dor, uma vítima duas vezes. Relacionado a isso, é a própria produção de um esquecimento coletivo da experiência de guerra, em que se predomina uma gestão do silêncio dos eventos passados, de forma a transformar o ato de fala em algo antiquado, suprimindo-se os eventos vergonhosos da lembrança. Esse ato teve um

efeito redobrado na Alemanha derrotada do pós-guerra. A memória é seletiva, e o silenciar também pode ser uma escolha possível, pois o silêncio também tem as suas produções discursivas. Tanto é que nesse caso, o silêncio proposital também fez parte da reconstrução das identidades após o período nazista. Tornando possível a reconciliação com as atitudes contraditórias de guerra e o seu confronto mais simples.

O dever de lembrar se insere em um contexto que torna a lembrança do Holocausto, um passo fundamental para a repetição dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Dentro de um entendimento do conhecimento histórico, Bauer sinaliza para o fato de que é preciso estudar e analisar profundamente o Holocausto, para que estes não sejam considerados como excluídos de uma possibilidade de análise racional, relegando um caráter místico ao evento, devido ao seu caráter indescritível. A problemática de uma “normalização” do estudo do Holocausto, discutida por Michael Marrus^{XIII}, pode ser contra argumentada com o fato de que esta não diminuiria a importância do sofrimento produzido pelas perseguições e extermínio em massa ocorridos no regime nazista. Não só por ser um evento perpetrado pelo homem, ou seja, capaz de ser estudado analiticamente, a compreensão do Holocausto como um aviso, recai na própria discussão que ele traz sobre ser um evento que se caracteriza por ser o ápice das perseguições raciais, principalmente nesse caso, da perseguição aos judeus, ou como um evento sem precedentes. Porém, a sua própria existência na História da humanidade já abre um precedente. Por isso, o dever de lembrar implica nessa relação entre o passado/presente/futuro, em que o retorno do passado na forma de uma captura do presente serve como construtor das ações de um possível futuro.

Outro aspecto da importância do lembrar é discutido por Luiz Quintais^{XIV}, em que traz uma análise do caráter terapêutico da lembrança. Pode se aplicar as suas ideias no caso de uma memória traumática, em que para ser articulado o que é inconfessável ou inarticulável é preciso que as experiências silenciadas sejam reconstruídas em forma de narrativa para que da passagem do esquecimento para a linguagem, a memória traumática possa ser transformada em uma memória narrativa. Esse processo em que o que foi silenciado/ocultado é revelado produz um confronto com a verdade, ou seja, um confronto terapêutico, onde em um processo de re-descrição de um passado, dada as condições necessárias para que este seja narrado, a violência e o trauma podem encontrar um idioma cultural legítimo para serem desconstruídos e reconstruídos dando sentido para as experiências vividas e os que as vivenciaram. Efetuando assim, uma passagem do esquecimento à memória.

Para compreender a noção de direito de lembrar é preciso compreender sobre as organizações e o movimento *Roma*. Dois autores são utilizados como referência, Marcos Toyansk Silva Guimarães^{XV} e Dimitri Fazito de Almeida Rezende^{XVI}, que trabalham com a questão da “Transnacionalidade *Roma*”. Guimarães focando no associativismo em sua tese em Geografia e Fazito, na relação entre o Transnacionalismo e a etnicidade em sua dissertação em Sociologia. Em inglês, os textos de Gilad Margalit e Yaron Matras^{XVII} são utilizados por causa de suas pesquisas sobre as organizações *Romani* na Alemanha.

Ao fazer um mapeamento da história dessas organizações, Guimarães explica que apesar de esparsos e descontínuos, os esforços *Roma* de união, contra a marginalização social e política, podem ser datados desde o século XV. Porém, até Primeira Guerra Mundial, esses esforços estão fortemente entrelaçados com construções de mitos nacionalistas. O que pode se constituir como a formação de uma política perpassa pela necessidade de se obter uma representação coletiva para se alterar a situação de marginalização desses grupos, de forma a criar um intermediário entre eles, e os poderes públicos. Dentre os principais objetivos dessa mobilização, percebe-se a busca por uma inclusão e maior participação política, além de maior proteção contra a discriminação e perseguição. Somente a partir do início do século

XX, os esforços se tornaram mais frequentes, e isso se dá pela formação de organizações, que tomando estratégias típicas de movimentos sociais, passam a lutar por mudanças.

Dialogando com o texto de Dimitri Fazito, percebe-se que até os anos 30, as organizações se concentravam em um nível familiar. Significando que as ações eram voltadas para auxiliar dentro de um limite de uma rede familiar e de amigos, resolvendo disputas locais. Após os anos 30, essa história se modificaria, esse momento marcaria o desenvolvimento de outras estratégias de ações políticas, e até de representação. O foco sairia do campo das disputas familiares e seria transposto para a luta pela melhoria de seus direitos e o reconhecimento de sua situação marginalizada como minoria étnica, além de que muitas delas pregavam um projeto político transnacional. Essa nova forma de ação política é marcada pela fragmentação, principalmente pela variedade de grupos que o termo *Roma* abarca. Independente das divisões existentes, e o fato de que alguns grupos mantiveram seu discurso localista, muitos desses grupos passaram a lutar pela institucionalização do seu movimento, de forma a obter seus direitos dentro de sociedades não - *Roma*.

Uma das principais estratégias que guiaram as ações dessas organizações políticas é um discurso de direitos humanos^{XVIII}, de integração e igualdade civil dos *Roma* nas sociedades em que vivem e o combate a discriminação. As primeiras organizações do século que passam a se apropriar desse discurso são oriundas da Península Balcânica, que tinham como traços, a assistência material e a educação da juventude *Romani*. Outra estratégia que marca algumas das políticas *Romas*, é do discurso de autodeterminação ou nacionalista. O foco é dado pela necessidade de reconhecimento dos *Roma* como um grupo distinto e da busca de sua autonomia. O marco dessa política é uma conferência internacional realizada pela Associação Geral dos Ciganos da Romênia, em Bucareste. O evento “Ciganos Unidos da Europa” significou a adoção de uma bandeira *Roma*. Uma interessante proposta desse encontro é da formação de uma instituição internacional de comunicação e cooperação entre os grupos *Roma* do mundo inteiro.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as atividades dessas organizações foram interrompidas, e no pós-guerra, com o regime comunista, as atividades não puderam ser retomadas no Leste Europeu. Então, a mobilização política em busca de seus direitos civis é transferida para a Europa Ocidental. Essa transposição significou uma nova alternativa para a mobilização, que ganha força a partir das experiências sociais e históricas da Alemanha Ocidental. Essa nova alternativa do pós-guerra carrega as demandas dos sobreviventes das perseguições nazistas, que buscavam a reintegração na sociedade e reparações pelos crimes nazistas. As novas organizações que foram surgindo, ainda tinham a sua base familiar, como podemos ver no caso do Conselho Central de *Sinti* e *Roma* Alemães, que foi fundada por dois irmãos sobreviventes do Holocausto, porém o seu foco se dirigiu para as disputas entre os grupos *Roma* que representavam e a sociedade não - *Roma*.

Para Fazito, os anos 50, seria o início da formação de organizações *Romas* que tinham como objetivo a luta pelo ressarcimento para as vítimas do Holocausto, com foi o caso dos judeus, e o reconhecimento pelos governos internacionais. Esses esforços tomaram como exemplo as estratégias utilizadas pelos judeus para poderem se mobilizar. Porém, somente nos anos 60, é que as ações dessas organizações passam a ser uma alternativa de ação dentro da dimensão internacional.

Saindo da experiência das organizações na Alemanha, tem se em 1965, o surgimento de uma iniciativa de se formar uma federação internacional para as organizações *Romas* nacionais. O *Communauté Mondiale Gitane*, ou como passou a ser chamado posteriormente em 1967, *Comité International Tsigane*, conseguiu conectar 23 organizações representando 22 países em 1972. E foi a partir desta iniciativa que o primeiro Congresso Internacional *Romani* foi organizado em 1971 em Londres, que colocou em debate as denominações

exógenas dos grupos *Roma*, a unificação dos grupos em prol da luta por seus direitos e o seu reconhecimento como uma minoria étnica. O segundo Congresso ocorreu em Genebra em 1978, os acontecimentos marcaram esse evento foi o reconhecimento da Índia como a Pátria-Mãe do povo *Romani* e a criação da União *Romani* (*Romani Yekhipé*), uma organização executiva que representava 71 organizações em 21 países. Em 1979, esta organização é reconhecida pela ONU e ganha um status consultivo, o que também significou o reconhecimento dos *Roma* como uma minoria étnica. O terceiro Congresso ocorreu em Göttingen, em 1981. É importante explicitar, que somente nesse Congresso, os movimentos enraizados na Alemanha, passaram a se articular com as ações internacionais em prol dos direitos civis *Roma*. Até esse momento havia certo isolacionismo das ações *Romas* na Alemanha, e um distanciamento das lutas em um campo de direitos universais para os grupos *Roma*. Isso pode ser explicado pelo próprio fato de que algumas das organizações *Romas* alemães serem fragmentadas por seus grupos de origem.

Gilad Margalit desenvolve em seu livro, *Germany and its Gypsies: a Post-Auschwitz Ordeal*^{XIX}, uma pesquisa sobre a situação dos *Roma* na Alemanha do pós-guerra, e explica que a negação dos *Roma* como vítimas raciais do nazismo, por muitas vezes era justificado por uma concepção de que o aprisionamento dos *Roma* ocorreu por consequência de uma visão coletiva que criminalizava os grupos *Roma*. Sendo assim, retirava-se o fator racial da equação da perseguição e a explicava baseada nos estereótipos criminais construídos socialmente sobre o grupo. Organizações de luta pelos direitos *Roma* apontarão para esses fatores os motivos da continuidade de políticas discriminatórias que tiveram o seu auge no nazismo, mas estão enraizadas em um passado mais distante.

Trabalhar com o texto de Matras permite uma visualização melhor dos paralelos entre a história do Movimento *Roma*, e as mudanças na história da historiografia. Em seu ensaio, Matras discute sobre o desenvolvimento do movimento de direitos civis *Romani* na Alemanha, tendo como recorte o período do pós-guerra e que vai até a metade dos anos 90. Neste texto, o autor explica que esse movimento pode ser dividido em quatro fases: na primeira fase, as organizações de direitos civis são marcadas pela busca da reintegração dos seus indivíduos a sociedade civil depois da perseguição nazista, e é composta por uma rede de parentesco das vítimas. A problemática desse período se baseia na negação das autoridades alemãs em reconhecer os *Roma* como vítimas de uma perseguição racial no período nazista. Em um momento em que as autoridades alemãs se estabeleceram como as fontes de suporte para essas vítimas, os *Roma* tiveram o seu acesso ao ressarcimento como vítimas negado.

A segunda fase seria considerada um desenvolvimento da primeira, é o momento representado pela formação dessas associações e a consolidação ideológica dessa luta, principalmente frente aos embates com as sociedades não-*Romas*. Matras localiza a transição dessas fases entre os anos 50 e 60, atingindo o seu pico nos anos 70. Ao tentar traçar um paralelo com os textos dos outros autores com essa fase, pode-se localizar a formação das organizações *Sinti*, *Lovara* e *Roma*, no início desse período. E o reconhecimento dos *Roma* como uma minoria étnica pela ONU no pico dessa fase. Os autores que analisaram essas organizações afirmam que os grupos *Roma* se apropriaram das estratégias dos movimentos sociais que estavam se formando nos anos 60 pelos direitos civis das minorias. Uma referência é o do Movimento Negro nos EUA. As lutas pelos direitos humanos nos anos 60 influenciaram fortemente as ações *Romas*, tornando-se uma das principais formas de luta dos *Roma*. Percebe-se que é nessa fase, que os ativistas *Roma* passam a questionar a visão dos não-*Roma* tem sobre eles, significando uma luta pela afirmação de sua identidade e contra as atitudes estereotipadas naturalizadas nas sociedades. Percebe-se que a construção de uma identidade *Roma* se torna essencial nessa fase, e ao tomar a discussão sobre memória de

Pollack, pode-se compreender que essa construção representava para o povo cigano a definição de seu lugar social, e dessa forma definir as suas relações com os outros.

Um marco para o ativismo Roma alemão foi à parceria entre Associação dos *Sinti* Alemães e a *Society for Endangered Peoples* no final dos anos 70. As discussões sobre a etnicidade *Roma* e o uso simbólico dos campos de concentração como referência a discriminação e o preconceito sofrido pelo grupo, assumem um papel principal nesse estágio. Essa parceria permitiu uma possibilidade de debate com o governo alemão sobre a responsabilidade alemã pelo Genocídio *Roma*.

Ao contrário da fase 2, que representava uma centralização das lutas pelos direitos civis *Roma*, a fase 3 representa uma descentralização do movimento e o início dos debates entre as associações, principalmente sobre as questões constitucionais e ideológicas dos grupos. Essa fase se localizaria nos anos 80. Um exemplo que poderia ser traçado para essa fase é o do fim da relação de apoio dos *Sinti* as causas dos *Roma* em relação aos direitos dos refugiados do Leste Europeu. Nesse momento, a questão dos refugiados cresce em importância para as novas organizações que estão se formando, e a própria experiência de perseguição no Holocausto, é utilizada diante das políticas de imigração e as restrições de asilo. A discussão centrada na Alemanha sobre os refugiados baseasse no argumento da responsabilidade alemã por esses grupos perseguidos.

A quarta fase marca a inserção das atividades das lutas pelos direitos civis no contexto internacional. Esse período é caracterizado pelo aumento de organizações *Romas* e dos financiamentos internacionais, ao mesmo tempo em que há o aumento das restrições aos grupos *Roma* e de uma violência racial contra este grupo. Esse período também é marcado por uma necessidade de reorientação política de estratégia desses grupos. Outro fator determinante desta fase é o deslocamento do campo individual para o campo coletivo de luta. Grupos de representação internacional começam a ganhar força, diante dessa nova fase de luta política.

Como já foi discutido o pós-guerra não significou o reconhecimento imediato de todas as vítimas do Holocausto, o que exigiu dos grupos que se identificam dentro da cultura Roma, a buscarem

Apesar dos distanciamentos entre o objeto de pesquisa de Ernest Cassirer^{XX}, no livro *Linguagem e Mito*, com o do projeto, as suas discussões sobre as formações verbais aparecendo como entidades míticas, providas de poderes, e de que assim a Palavra se converteria em uma forma de arquipotência. Neste momento, o autor trabalha com a ideia de que de um ponto de vista subjetivo, a forte que questão identitária entre a palavra e o que ela designa se evidencia. Demonstrando que a subjetividade do indivíduo está indissolúvelmente unida com o seu nome, para o pensamento mítico. Sendo mais do que um símbolo, o nome é uma característica que determina a própria constituição desse indivíduo, então, a unidade e unicidade do nome constituiriam a própria unidade e unicidade da pessoa. O nome é que faz do homem um indivíduo, e a sua vida deste indivíduo está estreitamente relacionada com este nome, e enquanto este permanecer “vivo”, o indivíduo que nele se identifica permanecerá presente e ativo. Com isso, a importância da palavra na vida do indivíduo se ressalta em seu papel na manutenção da permanência deste em sociedade e de sua subjetividade. Importância das denominações na vida do próprio homem. Se a existência (sua essência) e a vida do homem estão estreitamente ligadas, como a nomenclatura externa ao seu ser influi na sua própria construção simbólica? O pronunciamento do nome reaviva o ser, o seu silenciamento, o apaga, ou seja, a sua existência é legitimada pela sua lembrança. Se o ato de lembrança deve ser ininterrupto e contínuo, o questionamento se torna permanente, e o conhecimento não pode ser engessado.

Para auxiliar nesse debate da questão identitária, os trabalhos na área de Letras e de Antropologia Social, respectivamente, das autoras Ana Paula Branco e Florência Ferrari, contribuem para se pensar a formação de uma identidade *Roma* e a partir desta, a sua relação com as reivindicações em prol da inserção dos *Roma* em uma memória social do Holocausto. Contudo, é preciso reconhecer que a identidade *Roma* que será discutida nesse trabalho é fragmentada, e apesar de sua aceitação em fóruns internacionais pelos grupos que sob ela se identificam, ainda é motivo de questionamento por sua utilização não abarcar a diversidade existente dentro do próprio grupo que representa. Com isso, a própria construção da memória do evento deve ser analisada considerando essa problemática.

De acordo com Ana Paula Branco^{XXI}, há uma dificuldade de se tratar da identidade *Roma* sem abordar a questão dos estereótipos. Em sua dissertação de mestrado, aborda sobre como a violência dos estereótipos aliada à intolerância das sociedades majoritárias influenciaram na identidade étnica dos *Romà*, gerando segregação, hostilidades e conflitos. Para isto se utiliza da literatura de Jorge Nedich para trabalhar a auto representação deste grupo. Outra questão referente aos estereótipos tem a ver com a sua utilização para legitimar processos de “perseguição, discriminação e preconceito” contra o grupo. Em um primeiro momento, é o que interessa para essa pesquisa. A autora problematiza a questão da denominação dos “ciganos”, termo este que é considerado pejorativo, pois é uma construção estereotipada e externa ao grupo. O termo utilizado pela autora é o de *Romà*, pois este seria a auto nomeação do grupo em sua língua, o *Romani*, apesar do termo causar conflitos internos, pois há a argumentação e que a diversidade de grupos que constituem a etnia *Roma* não poderia ser abarcada por um termo generalizante. Esta denominação surgiu com a reunião de algumas organizações a partir de 1970, este sendo o primeiro momento em que o seu direito de auto nomeação é exercido. O problema é que o seu uso não foi introduzido nas relações inter étnicas ou pela mídia ou literatura. O objetivo de se mudar a denominação tem um forte caráter reivindicatório dos direitos sociais do grupo. A discussão sobre a denominação a ser utilizada pelo grupo está no centro da busca pela construção de uma identidade *Roma* e luta por direitos para o grupo frente à marginalização deste na sociedade. A negação de um nome adquirido em relações permeadas por estereótipos, preconceitos e de forma exógena conflui com a reflexão da importância do nome e da palavra para a construção da subjetividade de um indivíduo, e nesse caso, de um grupo social. A construção simbólica do Povo *Roma* como uma minoria étnica e a sua busca por uma unidade identitária baseada em uma filiação a um passado comum aos grupos que o formam se insere nesse contexto de disputa para ser manter ativo tanto na sociedade como na sua própria história e das sociedades em que vivem.

Enquanto isso, Florência Ferrari^{XXII}, em sua dissertação de mestrado, *Um olhar Oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano* trata sobre como os *Roma* são retratados no imaginário ocidental a partir da literatura, mapeando assim a identidade associada ao grupo externamente através das representações dos *Roma*, partindo de três códigos, o econômico, o espacial e o sobrenatural. A autora pontua que a definição de cigano, para retratar o grupo, foi instituída no contato que definiu o Ocidente de um lado e os *Roma* do outro, sendo esta uma criação dos primeiros. Argumentando de que o uso do termo cigano se dá no caso de estudo das relações de contato entre o ocidente e esses grupos, sendo que se fosse o caso de se estudar suas visões de mundo, partindo de um olhar etnográfico, não se estariam mais estudando os ciganos e sim, os *Romà* ou os *Calon*, ou seja, como se auto definem.

Ao trabalhar com os textos de Stuart Hall^{XXIII}, a questão da diferença se insere na discussão sobre a identidade e a sua subjetivação. A criação de uma identidade social e individual perpassa pelo fato de que a hibridização de toda e qualquer formação identitária são costuras de posições que se pautam pela diferença. E estas podem ser constantemente

deslocadas e inseridas em disposições de poder e pressões das políticas culturais. A própria absorção dessas pressões resultando em deslocamentos, e continuam em um ciclo em que novas posições originam novas pressões que provocam a mudança para posições diferentes. Nessa visão, o sujeito se torna descentrado/deslocado e a construção de identificações é multifacetada num jogo de emergências e invasões, provocando o questionamento das próprias unidades.

O homem busca sempre uma identidade, porém o cientista social não pode perder de vista que essa busca/ processo é uma construção, a própria identidade é uma construção ou uma expectativa de unidade. Diante disso as identificações que os homens fazem são constructos, e está em constante mudança, o que dá o caráter fluido do conceito de identidade. Além disso, há uma necessidade dos historiadores, dos antropólogos e dos próprios grupos sociais pela constituição de identidades, pois ela se dá pela diferença, na contraposição de um indivíduo com outro. E apesar dessa busca por uma unidade identitária através da alteridade, a questão das lutas e dos conflitos não são abandonadas, pelo próprio fato da existência dessa fluidez ao conceito.

É no contexto da quarta fase descrita por Matras que se percebe que os ativistas *Roma* passam a questionar a visão dos não - *Roma* tem sobre eles, ou seja, a própria memória construída exteriormente sobre o grupo, significando uma luta pela afirmação de sua identidade e contra as atitudes estereotipadas naturalizadas nas sociedades. Percebe-se que a construção de uma identidade *Roma* se torna essencial nessa fase, e ao tomar a discussão sobre memória de Pollack, pode-se compreender que essa construção representava para o povo *Roma* a definição de seu lugar social, e dessa forma definir as suas relações com os outros. Então, prioriza-se assim os estudos sobre a memória *Roma* com um foco nas questões de identidade, levando-se em consideração as relações sociais e a existência de múltiplas memórias sobre o Holocausto.

Notas

^I Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da UFRRJ.

^{II} BAUER, Yehuda. *Rethinking the Holocaust*. New Haven and London: Yale University Press, 2001.

^{III} BARTOV, Omer. Introduction. In: *The Holocaust: Origins, Implementation, Aftermath*. London: Routledge, 2000.

^{IV} SANTOS, Julia. “Por la autonomia de la história. Claves de razón práctica”, 207.

http://www.essayandscience.com/upload/ficheros/noticias/201105/julia_2_2.pdf.

^V MILTON, Sybil. "Gypsies and the Holocaust". *The History Teacher*. 24 (4): 375–387.

^{VI} Ao invés do uso da palavra cigano, que é considerado pejorativo, ao longo deste texto, o termo utilizado é o de *Romà*, pois este seria a auto nomeação do grupo em sua língua, o *Romani*, apesar do termo causar conflitos internos, pois há a argumentação e que a diversidade de grupos que constituem a etnia *Roma* não poderia ser abarcada por um termo generalizante.

^{VII} SCHMITT, Jean-Claude. *A História dos Marginais*. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

^{VIII} CATROGA, Fernando. *Recordação e Esquecimento*. In: *Memória, História e Historiografia*. Coimbra, Quarteto, 2001.

^{IX} POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

^X SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2007.

^{XI} LEED, Eric. “Fateful Memories: Industrialized War and Traumatic Neuroses”, *Journal of Contemporary History* 35, No. 1, Special Issue: Shell-Shock (2000): 85-100.

^{XII} LEVI, Primo. *A memória da ofensa e Zona cinzenta*. In: *Os Afogados e os Sobreviventes*. RJ: Paz e Terra, 1990.

^{XIII} MARRUS, Michael R. *A Assustadora História do Holocausto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. Wisconsin Press, 2002.

- ^{XIV} QUINTAIS, Luís. *Memória e trauma numa unidade psiquiátrica*. *Análise Social* XXXIV (2000): 673-684.
- ^{XV} GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. *O Associativismo Transnacional “cigano”: identidades, diásporas e territórios*. São Paulo, 2012. USP. Tese de Doutorado em Geografia.
- ^{XVI} FAZITO, Dimitri. *Transnacionalismo e Etnicidade: A Construção Simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana)*. 2000. 191p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. 2000. 62
- ^{XVII} MARGALIT, Gilad; MATRAS, Yaron. *Gypsies in Germany – German Gypsies?*. In: STAUBER, Roni; VAGO, Raphael. *The Roma: a minority in Europe: historical, political and social perspectives*. CEU Press, 2007, pp. 103-116.
- ^{XVIII} Guimarães problematiza o discurso baseado nos direitos humanos pelos analistas do movimento cigano, explicando a polarização entre a defesa do uso dos direitos humanos como estratégia e o reconhecimento dessa estratégia como falha para se alcançar os objetivos dos grupos.
- ^{XIX} MARGALIT, Gilad. *Germany and its Gypsies: a Post-Auschwitz Ordeal*. The University of Wisconsin Press, 2002.
- ^{XX} CASSIRER, Ernest. Capítulo 4. In: *Linguagem e Mito*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ^{XXI} BRANCO, Ana Paula Castelo Branco. *Introdução*. In: *Entre a dor de ser “cigano” e o orgulho de ser Romà - aproximação à literatura Romani e auto representação dos Romà em duas obras de Jorge Nedich*. 2008. 111p. Dissertação (Mestrado em Literatura) Universidade de Brasília. 2008
- ^{XXII} FERRARI, Flôrencia. *Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o “cigano”*. 2002. 267p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo. 2002.
- ^{XXIII} HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?*. In: SILVA, Toma Tadeu; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Referências Bibliográficas

- AMERY, Jean. “Ressentimentos”. In: **Além do Crime e Castigo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2013.
- BRANCO, Ana Paula Castelo Branco. *Introdução*. In: **Entre a dor de ser “cigano” e o orgulho de ser Romà - aproximação à literatura Romani e auto representação dos Romà em duas obras de Jorge Nedich**. 2008. 111p. Dissertação (Mestrado em Literatura) Universidade de Brasília. 2008
- BAUER, Yehuda. **A History of the Holocaust**. Franklin Watts, 2001.
- _____. **Rethinking the Holocaust**. New Haven and London: Yale University Press, 2001.
- BORGES, Isabel Cristina Medeiros Mattos. **Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os “ciganos” na organização urbana na Primeira República**. 2007. 119p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal e Juiz de Fora. 2007.
- BRANCO, Ana Paula Castelo Branco. **Entre a dor de ser “cigano” e o orgulho de ser romà - aproximação à literatura romani e auto representação dos romà em duas obras de Jorge Nedich**. 2008. 111p. Dissertação (Mestrado em Literatura) Universidade de Brasília. 2008.
- BARTOV, Omer. Introduction. In: **The Holocaust: Origins, Implementation, Aftermath**. London: Routledge, 2000.
- CATROGA, Fernando. Recordação e Esquecimento. In: **Memória, História e Historiografia**. Coimbra, Quarteto, 2001.
- CASSIRER, Ernest. Capítulo 4. In: **Linguagem e Mito**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- FAZITO, Dimitri. **Transnacionalismo e Etnicidade: A Construção Simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana)**. 2000. 191p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. 2000.

-
- FERRARI, Florência. **Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o “cigano”**. 2002. 267p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo. 2002.
- GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. **O Associativismo Transnacional “cigano”: identidades, diásporas e territórios**. São Paulo, 2012. USP. Tese de Doutorado em Geografia.
- the Jews. Oxford University Press, 2010.
- LEED, Eric. “Fateful Memories: Industrialized War and Traumatic Neuroses”, **Journal of Contemporary History** 35, No. 1, Special Issue: Shell-Shock (2000): 85-100.
- LEVI, Primo. A memória da ofensa e Zona cinzenta. In: **Os Afogados e os Sobreviventes**. RJ: Paz e Terra, 1990.
- MARGALIT, Gilad. **Germany and its Gypsies: a Post-Auschwitz Ordeal**. The University of Wisconsin Press, 2002.
- MARGALIT, Gilad; MATRAS, Yaron. Gypsies in Germany – German Gypsies?. In: STAUBER, Roni; VAGO, Raphael. **The Roma: a minority in Europe: historical, political and social perspectives**. CEU Press, 2007, pp. 103-116.
- MARRUS, Michael R. **A Assustadora História do Holocausto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- MATRAS, Yaron. The Development of the Romani Civil Rights Movement in Germany 1945-1996. In: TEBBUTT, Susan. **Sinti and Roma: Gypsies in German-speaking society and Literature**. Berghahn Books, 2008. Pág. 59-63.
- MILTON, Sybil. **The Context of the Holocaust**. German Studies Review, Vol. 13, Nº. 2. (May, 1990), pp. 269-283.
- _____ **Gypsies and Holocaust**. The History Teacher, Vol. 24, Nº 4. (Aug., 1991), pp. 375-387.
- MÜLLER-HILL, Benno. **Ciência Assassina: como cientistas alemães contribuíram para a eliminação de judeus, ciganos e outras minorias durante o nazismo**. Rio de Janeiro: Xenon, 1993.
- POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- QUINTAIS, Luís. **Memória e trauma numa unidade psiquiátrica**. Análise Social XXXIV (2000): 673-684.
- SANTOS, Julia. “Por la autonomia de la história. Claves de razón práctica”, 207 http://www.essayandscience.com/upload/ficheros/noticias/201105/julia_2_2.pdf .
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva**. Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2007.
- SCHMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.